

AS RELAÇÕES POLÍTICAS E COMERCIAIS LUSO-BRITÂNICAS, A
CARTA PRIMEIRA DE WILLIAM WALTON AO CONDE GREY (1831)

Aurélio de Oliveira

"... a nossa alliança com Portugal tinha sempre formado a base d'un commercio lucrativo e seguro; ou se considere a marinha mercante nelle empregada ou o valor e natureza das importações e exportações; commercio que sempre julgou da maior importância o Legislador esclarecido, o Economista politico, o illustrado Financeiro, e o Negociante experiente ..."
(Walton, carta Primeira ao Conde Grey, p. 148).

William Walton é autor de escritos vários sobre Portugal, e todos eles, aliás, de relativa importância para uma apreciação do Portugal conturbado que decorre de 1810 a 1832-1834. (1).

O profundo envolvimento económico da Inglaterra desde o século XVII, novamente reforçado após 1810, a sua não disfarçada intervenção política nas convulsões que assolaram o país, particularmente após as Invasões Francesas, levaram este autor a dissertar sobre a natureza e âmbito dessas relações.

São numerosos os estudos e muito frequentes as intervenções dos políticos de um e outro lado acerca dessas relações. De um modo geral sempre muito apaixonadas. O calor político e patriótico, bem como os interesses directamente envolvidos, perturbam, como regra, a frieza da observação. Algumas vezes a distorção dos acontecimentos.

Walton surge-nos do lado inglês, como um dos poucos casos, de observador até certo ponto isento e desapaixonado, no que res-

peita, pelo menos, à apreciação das relações económicas que se estabeleceram entre os dois países. Raramente, aliás, se terão produzido da parte inglesa mais justas e solidificadas opiniões sobre a natureza das relações económicas luso-inglesas. Foge assim decididamente do lugar comum.

Entre os vários escritos de Walton contam-se duas Cartas dirigidas ao Conde Grey - à altura Primeiro Ministro do governo inglês especificamente abordando o *Estado das Relações políticas e comerciais entre Portugal e a Inglaterra*. A Primeira impressa em Londres em Março de 1831. A Segunda em Julho do mesmo ano.

Por questões de tempo e pela importância específica da mesma da Primeira nos ocuparemos exclusivamente hoje.

---0000000---

O contexto histórico está, por isso, definido à partida: são contemporâneas das violentas convulsões que vinham abalando o país desde 1822, particularmente 1824 e 1826, data a partir da qual se está efectivamente em plena guerra civil.

Período particularmente conturbado e no qual a Inglaterra acaba por assumir, directas responsabilidades para além da sua posição oficial de aparente neutralidade.

Primeiro com o Ministério Wellington, (conservador e claramente afecto a D. Miguel (ainda que se não tenha arriscado a uma intervenção directa, salvo o episódio marítimo da Terceira); depois, um ministério mais moderado e Liberal - o de Lord Grey - a partir de Julho de 1830 - este afecto à causa liberal (ainda que se não tenha arriscado também a uma intervenção directa, passe embora a ajuda manifesta à preparação da expedição militar que se estava reunindo nas Ilhas.

Do ponto de vista económico um quadro igualmente conturbado e difícil para Portugal: citem-se como marcos o oneroso tratado de 1810, a Independência do Brasil; o novo tratado comercial com o Brasil independente de 1827. Depois um período de ataques, particularmente virulentos contra a Companhia dos Vinhos (já aliás grandemente cerceada desde 1822). Ofensiva que vinha de longa data mas

se acirrara desde 1824 e particularmente 1828-1830. Contra essa política se ergue, em grande parte, esta *Carta Primeira* de William Walton.

Os laços históricos entre as duas nações mercê de factores e circunstancialismos vários, acabaram por criar uma situação altissimamente vantajosa para a Inglaterra, sob todos os pontos de vista. Estava agora, porém, posta em causa com a virulência das contendas políticas em Portugal e com a política comercial que os Lordes do Comércio vinham e estavam preconizando para com Portugal.

É manifesto (a parte final da Carta é explícita a esse respeito) que a mensagem se destina, em primeiro lugar ao novo Ministério Grey. Visa o apoio deste ao governo de Lisboa (D. Miguel) sobretudo numa altura em que a posição favorável de Wellington ia (ou estava já) a ser alterada.

Seria injusto, porém, não sublinhar que o escrito visa, acima de tudo, salvaguardar os grandes interesses económicos da Inglaterra. Dentro, porém de uma correlação de interesses políticos e económicos mais justos e equilibrados para Portugal.

O aviso a Grey é, de facto, evidente, mas perde-se - pode dizer-se - no conjunto total das páginas que são dedicadas às relações económicas entre os dois países e às considerações que sobre as mesmas emite. Acima de tudo procura-se aquele primeiro grande objectivo; e que a intervenção - que julga totalmente ilegítima à luz das relações entre Estados - não venha a pôr em causa os enormíssimos interesses comerciais. São, por isso, também claros os seus apelos à concórdia, ao entendimento, e, aí sim, um desejo de maior decisão por parte da Inglaterra. Nunca, porém, no sentido de um desequilíbrio de forças (que a fazer-se só poderia ser para o governo da Capital). Por outro lado a necessidade de uma mais justa apreciação no que respeita ao trato e ao equilíbrio das trocas económicas. Também isto seria saudável para que Portugal saísse desta difícil encruzilhada política, até porque a grande responsável, em última análise, por esse debilitado estado em que Portugal se encontrava era a própria Inglaterra: "O quadro que oferece aquele País é obra nossa" (2).

Oliveira Marques traduziria esse comprometimento profundo e esse claro envolvimento do seguinte jeito: "Entre 1808 e 1821 "o país passou a ser quer um protectorado inglês quer uma colônia brasileira."(3).

Mas deixemos estas (e outras) considerações que seria oportuno fazerem-se - se a largura deste Colóquio o permitisse - e vamos ao conteúdo desta Carta.

Uma primeira sistematização deste texto compacto, leva a três principais arrumações do seu conteúdo:

- Uma breve e incisiva introdução na qual Walton se refere, em primeiro lugar, à geral ignorância que os ingleses têm deste País e à extrema leviandade com que têm sido tratadas e abordadas as questões portuguesas. Aqui se refere o extraordinário interesse político de Portugal no contexto geo-estratégico das lutas políticas-militares e ideológicas da Europa e o quanto é vital para a Inglaterra manter e preservar esse ponto de apoio. À partida - e tendo em conta a situação interna portuguesa - recomenda, desde logo, a não intervenção.

E não mais se alonga após sublinhar a notável importância dessa boa articulação política com Portugal:

- "Basta o que levo dito para mostrar a importância daquele País do ponto de vista político. Resta-me prosseguir na consideração das nossas relações comerciais com Portugal".(4).

- Assim se passa ao segundo bloco, que ocupa a parte mais substancial e longa desta Primeira Carta. Nela se aborda, ainda que de modo não sequente, a história das relações comerciais. De mistura e de imediato, as observações e comentários que lhe vão merecendo as mesmas.

A esta segunda parte voltaremos já.

- Um terceiro conjunto relativamente breve mas muito incisivo, manifestamente dirigido, como mensagem final e última, ao Novo Ministério Inglês. Trata-se de um apelo declarado à não intervenção (porque era manifesto que os favores se inclinavam para a facção Liberal. Desta feita a própria conjuntura internacional se lhes volvia mais propícia: alteração do Ministério inglês em 1830; Revolução de Julho em França; queda dos Regimes conservadores na Bélgica e Polónia; alteração do clima político em Espanha do qual iria resultar também significativa alteração política).

A intervenção, segundo Walton, iria seguramente pôr em risco os grandes e volumosos interesses da Inglaterra. Seria mais ajuizado e justo que nesta questão interna se deixasse plena liberdade aos Portugueses. Que se promovesse antes a conciliação:

"Nada havia mais oposto aos verdadeiros interesses, e mais derogatório do carácter da Grã-Bretanha, do que violar ou tímida e vilmente consentir que os outros quebrantem os direitos das nações independentes", porque também é certo e seguro que *"Os Portugueses estão bem convencidos de que ainda falta muito para completar a sua ventura social e nenhuma outra nação da Europa está mais alertada que eles sobre o que convém a seus interesses."*(5)

A sua velada afeição a uma das partes não o faz - neste escrito - perder o sentido do rigor e do equilíbrio: o seu grande objectivo é acima de tudo dilucidar ou ajudar a dilucidar e esclarecer *"a transcendente questão das nossas relações com Portugal. A antiguidade do seu comércio, a importância das vantagens políticas que se acham identificadas com o mesmo."* (6)

E finalmente, que moralidade para intervir? Walton questiona-se:

Compete-nos Senhor, disputar com os Portuguezes acerca da sua independencia? Discutir seu direito enquanto à escolha do Príncipe que as leis da sua Pátria chamão à Soberania?

Ao fim e ao cabo, com que moralidade, e sob que princípios *"impedir aos Portuguezes o exercicio de um direito que se permite a outras nações?"*(7).

Como leitura global, para além de uma indisfarçada simpatia pelo governo de Lisboa, um desejo e objectivo final - que me parece conseguido - de esclarecer a profundidade dos interesses económicos ingleses em Portugal, a sua perenidade e o quanto eles representam ainda para Inglaterra. Preservá-los é, sem dúvida, o maior objectivo político, se possível pela não intervenção, promovendo antes a paz e a concórdia "*em termos satisfatórios a todas as partes interessadas*" (8).

Deixemos os arrasoados políticos (que aliás podem ser objecto de mais acesa polémica) e regressemos ao segundo conjunto, que constitui a parte mais suculenta e mais longa da Carta. Afinal a que mais nos interessa.

Da leitura global deste conjunto (nem sempre sequente, como dissemos) se poderiam extrair as seguintes conclusões:

- a) Antiguidade - "e naturalidade" - destas relações económicas que remontam aos tempos medievais, acompanhadas, já então, por certas afinidades geo-políticas. Ligações que mostram o exemplo ímpar de nunca se terem interrompido, antes incrementado e reforçado.
- b) O Século XVII introduz um marco decisivo nestas relações. Para além disso, a partir de então, sempre a Inglaterra conseguiu obter claras vantagens económicas a partir de nítidas situações de supremacia política (e naturalmente económica) face a um debilitado, ainda que velho aliado. As pretensas igualdades contratuais camuflaram e esconderam - desde então - profundos desequilíbrios reais de que resultaram graves inconvenientes para Portugal. Walton não poupa aqui também alguns responsáveis portugueses que consentiram nessas situações. Verbera, porém, asperamente a Inglaterra por se ter aproveitado, por vezes sem escrupúlos, das mesmas.
- c) A utilização que frequentemente se fez de Portugal de mero joquete dos interesses ingleses (mesmo do ponto de vista político e militar) a partir dessa supremacia e efectivo domínio económico. (9).
- d) Necessidade de uma urgente revisão dos Tratados comerciais, em

ordem a conseguir um justo equilíbrio, capaz de promover o desenvolvimento das duas partes. Na verdade, será altamente vantajoso para Inglaterra que o seu aliado goze de uma situação próspera do ponto de vista económico e de paz social. Os desequilíbrios económicos não promoverão, decididamente, esta última. Enfim, igualdade efectiva que será a via mais expedita de melhorar os interesses da própria Inglaterra não só em Portugal como no Continente. Essa igualdade não existe, de facto desde o Século XVII e a nada conduzirão situações de humilhantes dependências que apenas se mantêm enquanto for possível usar de uma situação de força (aspecto que, do ponto de vista político, pode ser altamente prejudicial).

Estas conclusões resultam da análise de um processo histórico que Walton, refere por vezes com minúcia, ainda que nem sempre de modo cronologicamente sequente.

Eis os pontos basilares em que se apoia:

- 1 - Dos cerca de 115 actos e datas com que ilustra essas ligações históricas, salienta três marcos fulcrais: 1654; 1703; 1810. Três datas que, segundo Walton, marcam de modo particularmente trágico para Portugal - e nada lisonjeiro para Inglaterra - a sucessiva espoliação dos interesses e da vida económica Portuguesa. (Walton surpreende-se mesmo como semelhante tipo de relações pôde ser constantemente legendado e invocado como de *Paz e Amizade* ...)
- 2 - Extraordinários e continuados benefícios para Inglaterra - (como prova ao longo do texto). Todavia, segundo Walton, tão volumosos quanto injustificáveis, tanto do ponto de vista moral, como político, como meramente económico, atenta a natureza deste aliado e de uma Nação independente: de uma "*Nação-sublinha - que tem feito em nosso favor os mais custosos sacrifícios.* (10).
- 3 - Uma notável apreciação à política de Pombal, remando contra toda a opinião inglesa e a habitual corrente conservadora nacional (e note-se que Walton é seguramente um conservador convicto). Pombal surge-nos aqui como o grande inovador que Por-

tugal conheceu. Seguramente possuidor de *um Plano* para a reconstrução do País. Nem antes nem depois de D. José se lhe encontram figuras comparáveis na galeria dos governantes portugueses.

Neste sector uma assaz correcta apreciação e enquadramento da Criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro. Também aqui notavelmente discordante da habitual opinião inglesa para quem, quer Pombal quer a Companhia se haviam transformado nos grandes inimigos da Inglaterra e nos cavalos a deneigrir e a abater. (aliás a Companhia já havia sofrido com esses ataques: 1822 cerceada; atacada em 1832, finalmente extinta em 1834. Aqui os mais tradicionais interesses do comércio inglês se souberam unir com uma certa iconoclastia liberal. Os Liberais haveriam, a seu modo, mas forçosamente de pagar a factura).

4 - Necessidade de não se perderem tão grandes interesses no contexto das actuais dificuldades políticas portuguesas. Mas para isso é necessário que se conheçam os fundamentos históricos dos mesmos o que de facto não acontece vistos "*os pasmosos exemplos de inconstancia nacional e de loucura publica com que nos nossos dias se tem visto tratada e debatida a questão portuguesa.*" (11).

É este o trabalho a que mete ombros, espiolhando em todas as épocas os factos mais notórios, mas nem sempre bem conhecidos. Demonstração histórica a que procede apoiado nos factos, nos números e no próprio conhecimento pessoal, que tem das questões portuguesas.

---000000---

Deixemos o período medieval, por manifesta falta de tempo (e até por se conhecerem hoje essas relações económicas em termos mais pormenorizados que os aqui referidos por Walton). Também parte da Época Moderna em que as relações se equilibravam ou foram mesmo favoráveis a Portugal.

Venhamos tão só à Segunda metade do Século XVII: 1640 é, a este propósito, uma data charmeira para Inglaterra. A independência de Portugal forneceu-lhe a ocasião óptima para a sua afir-

mação econômica em Portugal e, pode dizer-se, até no Continente.

Na verdade, Portugal será uma importante via de penetração dos interesses ingleses para o Continente, por contraposição, frequentemente a outros interesses europeus.

O primeiro tratado que analisa em pormenor, é o de 1642 (29 de Janeiro). (12).

Esse tratado merece a Walton o seguinte comentário:

"Em retribuição desta graça (se assim lhe podemos chamar) retiramos substanciais benefícios ... deu-se-nos protecção especial, até mesmo em opposição aos do próprio país ... desde excepcionais condições religiosas às comerciais: obtivemos os meios de obter propriedade física, de fazer o comercio Português com o Brasil, juntamente com uma variedade de isenções *ainda não gozadas até então pelos naturais*. Também nos foi confirmado o comércio na Costa d'Africa e os nossos comerciantes izentos daqueles impostos, contribuições ou outros encargos do serviço público." (correntes em análogos circunstancialismos) (13).

O Tratado subsequente foi o de Cromwel.

Eis como o define, logo à partida: *Tratado que muitos compararam aos que ditavam os Romanos aos seus inimigos vencidos*

"Os termos em que foi concedido ... parecem haverem sido impostos antes pela força, do que examinados conforme os reconhecidos princípios da reciprocidade, e postos em harmonia e equilíbrio com os dictames da Justiça." (14).

Passa em revista as circunstâncias históricas deste tratado declarando o claro esbulho e violência perpetrados pelo Almirante Blake sobre Lisboa "bloqueando as bocas do Tejo, tomando e destruindo, inclusivê, ali um comboio de 15 navios que chegavam do Brasil." (15).

E refere, quase indignado: "Qualquer bem trabalhada investigação sobre estas circunstâncias e conforme os princípios da Lei das Nações ... de nenhum proveito nos seria!" Aliás o almirante inglês teria agido, segundo Walton, contra todas as máximas do direito marítimo internacional já então reconhecido!" (16).

Assinado em Westmister em 10 de Junho de 1654 (ratificado em Portugal em 1656) Walton refere sucintamente o conteúdo dos seus 28 artigos e das respectivas cláusulas secretas. Detenhamo-

-nos tão só no seu comentário: "basta a precedente enumeração dos seus principais artigos, para que formemos uma ideia aproximada da natureza daquela "reciprocidade" em que estava fundado. "O Rei de Portugal foi, por isso, induzido a reconhecer a autoridade d'um usurpador, além de submeter o seu país a muitas outras situações indecorosas. Consentiu que tivéssemos uma legislação peculiar dentro de seus domínios e a muitos respeitos oposto às leis do Reino e às preocupações de sentimentos religiosos do seu Povo, e concedeu importações de vários artigos em detrimento de suas manufacturas. Assim nos tornamos veículo do comércio Português com o Brasil, África e Indias Orientais, detendo igualmente parte considerável no comércio costeiro ..."

Em uma palavra: "as preferências que nos grangeou este Tratado são incalculáveis e claramente extorquidas por sacrifícios muito maiores de que quaisquer outros que tivessem antes sido arrancados por uma nação em dano de outra." (17).

Este Tratado foi e constituiu, na verdade, a base de todos os outros que posteriormente foram sendo celebrados. Cita, logo de seguida, o que acompanhou o casamento de D. Catarina com Carlos II, de 1661 em que novas vantagens económicas se arrecadaram pela Inglaterra levando Tânger e suas dependências; a Ilha e porto de Bambaim, o livre comércio da India, além de 2 milhões de cruzados em ouro! (18).

Demora-se, porém, mais detidamente no Tratado de 1703.

Tratado cujo célebre clausurado também analisa. Não poupa aqui nas suas violentas críticas a Parte Portuguesa. Faz-se eco da corrupção que envolveu esse tratado (Duque de Cadaval e Marquês de Alegrete). O próprio Rei não é poupado: "D. Pedro II não só permitiu a admissão das fazendas de lã britânicas *porém recomendou o uso das mesmas aos seus súditos.*" (19). E, noutro passo: "Deste modo com alguns traços de pena se destrói a felicidade de uma Nação, Diplomáticos uns, ineptos (que só devem a seu ilustre nascimento o serem nomeados para tão altos cargos, quando unicamente os talentos e as virtudes cumpria que a isso os habilitasse); outros, vendidos contra a mesma Pátria que os enche de proeminências, e de toda a classe de vantagens, mas que atraçoam em vez de advogar seus interesses. Tal é por desgraça o destino

que tem quase sempre cabido ao infeliz Portugal".(20).

Nesta ocorrência analisa o sentido e os rumos do comércio desde a segunda metade do século XVII. E quanto ao comércio e actividades inglesas sublinha: Nos finais do século XVII o (nosso) principal cliente em panos era de longe as Províncias Unidas. Todavia o escoamento era já então difícil e os fabricantes sentiam sérias dificuldades à saída da sua farta produção. Imploram então os industriais e comerciantes à Coroa que "... sustivesse seu vacilante comércio o qual ameaçava infalível ruína!"(22).

"Estas circunstâncias moveram então a Rainha a solicitar ao seu agente na corte de Portugal a admissão das nossas manufacturas ao que se veio a anuir *debaixo de supostos princípios de reciprocidade*."(23).

O comércio de exportação sofreu de imediato um salto quantitativo importante de uma média de exportação de 300.000 libras esterlinas saltou-se para cerca de 1.500.000! (24). Não deixou, porém, de ser polémica semelhante opção e refere até as controvérsias surgidas entre 1703 e 1713 entre os adeptos do comércio preferencial com França ou com Portugal nomeadamente a polémica então sustentada pelo "*Merchant*" (favorável ao comércio francês) e a contradita que lhe surgiu com o *British Merchant* (editor Mr. Charles King, tendo por mecenas os condes de Halifax e Stanhope). Felizmente para Inglaterra, sublinha Walton, as propostas então surgidas no Parlamento não tiveram seguimento (de que teria, de facto, resultado a destruição do Tratado de Methuen). A polémica levantou-se e muitos escritos vieram a convencer finalmente os nossos legisladores "... *de que a conservação de nossos teares e engenhos e o aumento das rendas da Grã-Bretanha era da maior monta para a Nação*." (25). E sublinha o que na verdade, já temos também apontado (26):

"Pelos investigações e debates que houve em 1713 claramente se conclui que até então tinham os Portugueses manufacturas de lã ... e continuarão a fazer excelentes panos ... Segundo as mais respeitáveis autoridades daqueles tempos foram os portugueses tão bem sucedidos, e as suas manufacturas de lã augmentaram e a tal ponto se aperfeiçoaram, que tanto Portugal como o Brasil foram inteiramente supridos pelas fábricas nacionais, sendo as matérias primas

desta manufactura lãs Portuguesas e Espanholas," (27).

"Tal era a situação de Portugal conforme as narrações de nossos mesmos comerciantes quando foram novamente admitidas as fazendas britânicas ... em desprezo das instâncias e queixas dos fabricantes nacionais cujos estabelecimentos ficaram, por isso arruinados."(28). Tratado altamente vantajoso para Inglaterra, quando para Portugal a França não era, de facto, partido menor! Assim o expressa um correspondente britânico de Lisboa em 1713:

"... é muito mais vantajoso o comércio com a França de que com a Inglaterra, pois aquela potência leva de seus portos quantidade extraordinária de açúcar e tabaco e a Inglaterra nada mais do que o seu oiro e algum vinho e frutos que forma uma parte insignificante de seu comércio." (29). E conclui: "Isto nos mostra a nossa situação precária com Portugal de que nos arrancou o tratado de 1703." (30).

O comércio com Portugal quadruplicou em valor para Inglaterra e: "é igualmente certo que então começamos a receber de Portugal quantidade enorme de metais preciosos": *De Agosto de 1710 a 1713 cunharam-se na casa da moeda de Londres 1.055.528 libras e 17 soldos provenientes de moeda portuguesa, e em alguns lugares de Inglaterra não corria outra moeda.* "entre nós dificilmente circula outra moeda que não seja feita com oiro português."(31). "As tropas que então tínhamos na Catalunha, em outras Partes da Península e em Gibraltar e até mesmo nos Países Baixos em deversas épocas foram pagas com dinheiro obtido ... em Portugal ... e de Lisboa e Cadiz tiramos grande parte do oiro e prata não amoadados que embarcamos para as Índias Orientais," (32).

Tratado tão extraordinariamente vantajoso que como Walton ajustadamente sublinha *não há exemplo de que nenhum estado desse o outro maior demonstração de sincera amizade e aderência,*" (33).

E sobre a questão das taxas impostas nos vinhos; "debai-xo destas condições foram novamente admitidos os nossos lanifícios em Portugal com destruição das suas manufacturas e os seus vinhos vieram a nossos mercados com 24 libras por tonel (isto é mais de 100%) depois de nos pagarem o frete! Os nossos comerciantes se jactaram desde então (e com razão) que tinham deste modo

segurado para si e seus descendentes o mais rico produto das Minas do Brasil." (34).

"Em 1704 entrámos (de facto) no gozo de um comércio lucrativo e vasto com Portugal e assim continuou sempre ..."

Segundo Walton o período mais próspero e lucrativo o que se desenrolou entre 1722 e 1738, durante o qual o lucro normal médio foi de 1 milhão de esterlinos/ano fora os fretes! Diminuiria depois um pouco mas acentuar-se-ia novamente entre 1756 e 1765.

Sobre o comércio português dos fins do século e princípios do século XIX, com balanças comerciais que foram favoráveis a Portugal (lembrem-se os anos de 1780, 1790-92; 1794-96. Depois os anos de 1801 a 1809). anota Walton, dando razão ao que algures também já referimos; (35). Valores ficticiamente favoráveis e, na verdade, em grande parte enganadores "pois não tomam em conta nem em consideração os montantes de ouro, prata e diamantes que eram secretamente levados" e que eram bem volumosos, ainda que difíceis de determinar ao certo. "Porções consideráveis desses metais são embarcados em naus e outros navios de guerra britânicos ... e são mandados para a Grã-Bretanha ou outra qualquer parte afim de acudir às precisões do governo inglês. Navios das Índias Orientais arribam de propósito a Lisboa para embarcar aqueles metais". Um correspondente inglês escrevendo de Lisboa em 1760 diz que o Pacote inglês levava cada semana uns 50.000 libras em ouro! (Isto é, só de contrabando por ano cerca de 2.400.000 libras! mais do dobro que todo o comércio à vista!). Volume que talvez aceite com alguma reserva e exagero. Assevera, porém, que é seguro esse valor regular o 1.5 milhões e que essa terá sido a média desde 1705 até à data da Invasão Francesa. (36).

Riqueza incalculável deve sublinhar-se. A observação de Pombal, tidas como exageradas, não o são seguramente à luz destes dados reveladas por Walton! (Pombal calcula em 3 milhões a soma arrecadada de 1766 a 1769).

Contesta, por isso, a opinião de Adam Smith segundo o qual o tratado teria sido vantajoso a Portugal. Na verdade, sublinha "além das vantagens que tirámos por sermos quase os exclusivos condutores do seu comércio, não repara Smith na desproporção das nossas manufacturas tomadas em retorno!" E cito o insus-

peito "British Merchant" segundo o qual a partir Sr. Paulo Methuen, "fizemos pender para o nosso lado a balança comercial e em maior grau que em outro qualquer País, além de termos aumentado as nossas exportações de 300.000 libras esterlinas por ano para quase 1.500.000!" (37),

Esta a razão para o engrossamento enorme que o comércio inglês, passou desde então a ter com Portugal. Segundo Walton a situação a meados do século pendia totalmente para o lado inglês, que possuía na quase totalidade o comércio e a actividade económica em Portugal:

"O nosso comércio com Portugal tornou-se tão próspero que em 1745 mais de 700 navios britânicos chegavam anualmente a Lisboa sendo, além disso, os que fazíamos a mais considerável porção entre aquele porto e o Mediterrâneo, Suprindo a maior parte da farinha (das nossas colónias americanas), o bacalhau (da Terra Nova) e provisões várias (da Irlanda)."

Walton passa então aos números "respeitantes a 1761-1766, e referentes às importações e exportações. Anota depois a quebra dos anos de 1765/66 atribuída pelos comerciantes ingleses à política pombalina. Queixas que se repetiram em 1767 quanto à Companhia dos Vinhos e às Companhias comerciais do Brasil. Mérito, sem dúvida, para a política pombalina (que segundo Walton não violou os tratados estabelecidos). Deveria ajuntar-se, também, uma maior agressividade das outras nações nesse comércio com Portugal. Causas que diminuíram um pouco a dependência para com Inglaterra neste entretanto. E ilustra novamente com os valores de 1773-1774.

De uma visão de conjunto desse comércio "facilmente se colige (todavia) que Portugal paga todos os anos (em contra-partida) uma grande porção de metais preciosos ... e estas somas se tornam os navios britânicos os principais condutores". Esta supremacia económica resultou na tomada do mercado interno e externo, ficando ainda os ingleses na posse dos principais meios de pagamento. E "por este meio se concentravam as transacções sobre câmbios nas mãos dos nossos comerciantes e em desprezo das leis continuou o contrabando mesmo à luz do dia, principalmente a bordo dos navios de guerra."(38).

O reinado de D. João V, foi um período pacífico, praticamente sem entraves à movimentação dos ingleses e dos seus interesses. Todavia, mesmo assim se ambicionava cada vez mais. E cita alguns casos verdadeiramente escandalosos. De alguns resultou clamor público obrigando o monarca a salvar as aparências e a procurar fazer justiça aos criminosos. Pois mesmo aí, e sem razão, segundo Walton, o governo de Londres intervém! E em que modos o pratica!

Eis como comenta um desses protestos da Inglaterra feito a D. João V:

"Assevero ... que nunca se repetiu ao chefe de uma Nação independente, pelo representante de outra lição semelhante sobre economia política!" Isto me leva a pensar se os *"considerávamos revestidos do direito de Nação independente, ou se disputávamos ao seu soberano o atributo de legislar!"* (39).

E, como era evidente, a prática de levar o ouro e a prata haveria de prosseguir impune, apoiada por Londres com toda a sequência de abusos e vexames como aconteceu em 1722, (em que para proteger novamente certos contrabandistas se ameaçou com rompimento e se ordenou o apresto de uma esquadra para bloquear Lisboa!).

Vem, assim, ao tempo do Marquês de Pombal;

Contrariamente a todos aqueles que o consideram um fidalgo inimigo da Grã-Bretanha (a generalidade dos comerciantes e políticos de então) movido apenas por despeito e vinganças mesquinhas, Walton considera-o o único grande governante que Portugal tivera até então e daí até ao seu tempo! Traça a imagem de um Político preocupado com a dignidade do País, o desenvolvimento económico e o progresso cultural, louvando a atitude enérgica e corajosa com que procura emancipar economicamente o seu país da tutela inglesa ao mesmo tempo que respeita e mantém escrupulosamente, e com dignidade, a Aliança (mesmo com alguns sacrifícios para o País. Refere, a esse propósito, o embargo ao comércio com os Estados Unidos da América).

O alcance da acção deste homem, assevera Walton, só se apreciará condignamente se tivermos em atenção o estado anterior

do País. País esse que estava - na verdade na *mais desfavorável situação* - à qual brevemente se veio juntar a terrível catástrofe de 1755. (41).

Entre as acções por Pombal desenvolvidas frisa muito em especial a criação da Companhia das Vinhas do Alto Douro, lissa precisamente que tinha e vinha sofrendo os mais violentos ataques por parte dos comerciantes ingleses e do próprio governo de Londres! Aponta as circunstâncias da sua fundação, os seus efeitos benéficos para a agricultura e o comércio do país que ilustra com dados e números!

Quanto a Pombal sublinha ainda outras acções igualmente notáveis para o desenvolvimento do país: seja na indústria, seja na agricultura, seja no comércio e aqui em particular o que se relacionava com a mineração do Brasil e os diamantes. Acções que tão grandes engulhos e protestos provocara aos ingleses:

"Todas estas medidas gravemente ofenderam os nossos comerciantes (principalmente a questão dos diamantes). Mas é indubitável e patente a qualquer observador que "ultimamente viajasse por Portugal com ânimo desapaixionado e observador que confessaria, que suas melhores instituições são devidas àquele grande homem" (42).

William Walton demora-se bastante sobre os tempos mais recentes que sem dúvida conhece melhor. Analisa o comércio português dos finais do século (desde 1796) até 1800, 1810 e 1820, não só com Inglaterra como também com as demais nações; com a Inglaterra em particular desde 1815 a 1830. Ainda os dados sobre os valores de exportação portuguesa, particularmente para as suas colónias.

Tempos que denomina de *Nova Época*.

A *Nova Época* é para Walton a que se abre após 1810 (com a qual se cumularam para Portugal novos e vários infortúnios).

Pombal e a sua política tinham há muito desaparecido. Mas os seus frutos perduraram e estavam à vista: a indústria portuguesa, apesar de enorme e poderosa concorrência, supria muitas das necessidades internas e a maior parte das colónias: prova-o com os valores da exportação entre 1796 e 1819. Ora a perda destes

últimos mercados afectou gravemente o país, e - o que lhe é estranho - a Inglaterra ainda acentuou mais a sua presença no próprio mercado interno. Prova-o também com as entradas das embarcações nos portos do país entre 1800 e 1829 e o valor global das exportações, e das lãs em particular.

Depois de historiar as circunstâncias com que marca o início dessa *Nova Época* - o Tratado de 1810 - conclui sobre o mesmo: "O objecto deste Tratado ... foi claramente o de estabelecer dum modo formal aquelas condições que fariam participar os súbditos do Império Britânico de comércio livre nos portos do Brasil... Com outra agravante (artigo 32) que o Tratado não terá limites quanto à sua duração! e as suas condições seriam perpétuas e imutáveis." (43).

"A sagacidade e destreza com que se negociou são quase sem exemplo ...". "Insistem os Portugueses em que o Tratado foi concluído em tempo em que o seu país estava humilhado e dilacerado por um concurso de circunstâncias de que a Grã-Bretanha tirara partido ilegitimamente aproveitando-se sem generosidade e só estimulada pela ambição e pela cobiça" - facto que parece particularmente evidente após a Independência do Brasil ... Algumas cláusulas deste Tratado "*indicam uma preferência nunca vista entre nações independentes, preferência rara e extraordinária de que nunca deveríamos carecer.*" (44).

Analisa em particular o artº 15; (redução das taxas nas fazendas britânicas como direitos de importação apenas a 15%. Este sistema dos 15% "desorganizou todo o sistema seguido nas alfandegas do país". *Escandalosa injustiça que se pretendeu regular por um acto adicional em 1811!* Quer dizer os próprios portugueses viram-se constrangidos a pagar 20% (caso das da Ásia) " enquanto nós podíamos exportar, *ad lilitum* para Portugal as manufacturas de Algodão e as Orientais a 15%!" (45). A Inglaterra está de facto espoliando Portugal em 8% há longos anos! (46). "Isto é 23% era o direito com que se tinham protegido as manufacturas britânicas importadas em Portugal desde 1654 até 1810. Isto é durante 254 anos, e que a única compensação que se deu a Portugal, na aparência, foi que seus vinhos deveriam ser trazidos a nossos mercados com 1/3 do que pagavam os franceses." (Em termos tão indefenidos

que em períodos os direitos sobre a pipa do vinho chegou a 55 libras e que ainda hoje é de 28!" (47).

Não é pois possível sustentar reciprocidade neste tipo de relações que se foram estabelecendo com Portugal!) (48).

Enfim "desarrazoadas e exorbitantes preferências que somente originam ciúmes, suspeitas, receios e desconfianças tal é, por desgraça, o nosso caso com Portugal." (49).

Refere Walton a existência de opiniões contrárias sobre as vantagens desta Aliança com Portugal e conclui: "se ha Nações com que tenhamos importante comércio - ainda hoje - o que fazemos com Portugal (e não há quem de boa fé o negue) tem vantagens incalculáveis".

Nunca houve comércio, em toda a extensão deste termo e amplitude de seus vínculos, mais seguro e precioso mas também nenhum outro já mais existiu cujos alicerces fossem tão confusos e cheios de inconvenientes". (50). (*Daí o propôr Walton a revisão dos Tratados para que estas trocas se pudessem processar em condições sadias e mais vantajosas e dignas para ambos os lados*).

A última parte deste conteúdo econômico da *Carta Primeira* versa sobre o candente problema da Companhia do Alto Douro e dos direitos de importação dos vinhos portugueses.

E contra os seus detractores afirma: "se examinamos as acusações olhar-se-á que a nada menos se reduzem de que a um notório e escandaloso desvio da honra e da boa-fé." (51). E não se agite o espantinho do monopólio! pois, "numa palavra não há monopólio quando é facto público que os nossos compatriotas compram três quartas partes dos vinhos produzidos nas margens do Douro e que regularmente os embarcam por sua conta." (52). E contra o que afirmam os Srs. Lordes do Comércio com a sua fundação a produção aumentou, a qualidade melhorou, os rendimentos do governo português subiram. O grande lucrador, foi porém e continuou sendo, a Inglaterra: um milhão esterlinos/ano, algumas vezes mais para além dos fretes e da ocupação da marinhagem." (53).

Contesta assim as delegações de Strangford e Althorp, os seus relatórios e os projectos deste para a igualação dos direitos nos vinhos. Projecto que considera "contra todos os princípi-

os da justiça e da honra britânica". "Relatório das grosseiras e desordenadas experiências, directa violação de regulamentos seculares e rectos ... salto terrível ..." que poderá levar às maiores calamidades." (54).

E os interesses britânicos são ainda hoje (1830) muito grandes! Analisando os valores para os anos de 1815-1830 assegura: "o nosso comércio pode subir muito mais de valor desde que haja bom senso comercial e tino político." (55).

Coloca-se, pois, do lado da Companhia e dos direitos aduaneiros que assistem a Portugal, sendo porém indiscutível que os grandes lucradores são os ingleses e a Inglaterra: "O Estado retira enormes vantagens na importação dos vinhos portugueses, os negociantes britânicos grandes lucros, além de darmos emprego a 700 navios, cujos fretes rendem umas 250.000 libras/ano.

E continua: "não será certo trazer à memória que as enormíssimas fortunas dos negociantes britânicos do Porto datão do estabelecimento da Companhia, e que depois de 1758 principiaram a edificar esses sumptuosos e vastos edifícios que lhes servem de armazens e depósitos. Já relatei que em suas compras gozam de preferências que não se estendem aos Portugueses e se aspiram a monopolizar todo o comércio e a conservá-lo, excluindo até os mesmos naturais, soltam clamores injustos e nascidos de animos atrabiliários e sem moral." (56).

E quanto às adulterações lembra que, são os próprios ingleses também a fazê-las, nisso sendo mais culpados que os Portugueses. Basta ver o que se passa em Guernesey e Londres! (57).

Interpela depois o próprio Ministro quando este atribui à Companhia a diminuição do "nosso" comércio com Portugal "em consequência do pernicioso monopólio que a Companhia gozava em desprezo do tratado de Methuen." (58). Eis como comenta: "Santo Deus E acreditar-se que semelhante iluzão prevaleça no entendimento do Primeiro Ministro destes Reinos!" (59).

Diz ter-lhe demonstrado precisamente o contrário tendo-lhe provado ter aumentado o consumo das manufacturas Inglesas em Portugal (desde a separação do Brasil inclusivê). A causa principal para esta quebra comercial dos anos de 1827-1830 vai buscá-la

sim à concorrência das outras nações e à agitação política que percorre o País. O comércio continuará a diminuir sim se a Inglaterra não souber pôr fim a essa agitação!

"Os Tratados (que tão desigualmente se fizeram com Portugal) foram e são a base da nossa grandeza comercial. Que o pretexto errado, aliás, da Companhia, não venha agora pôr em causa tão volumosos interesses que estão muito para além desta mera baixa conjuntural". (60).

A jeito de conclusão final sobre todas estas relações e a sua natureza sublinha:

"Qualquer homem desapaixonado que examine o nosso último tratado, e o compare à maneira com que forcejamos por interpretar suas mais importantes cláusulas será induzido a pensar que sempre consideramos os Portugueses como meros instrumentos para darmos ao nosso comércio a maior extensão possível, concluindo que não foi a simpatia o interesse pela sua prosperidade, o justo e ardente desejo de manter o equilíbrio da Europa, que nos induziu a estendermos mão auxiliadora aos Soberanos que de certa época em diante se assentarão no trono Português..." Mais: "Revedo nossos tratados descobriria de uma parte, inconsideradas concessões, de outra esforços extraordinários de influência, veria que tínhamos arrebatado aos Portugueses tudo quanto uma nação pode aspirar a deter da outra."

Na verdade, para que recriminações e "mais humilhações quando o quadro que Portugal apresenta é manifestamente obra nossa?"

Também é manifesto "que os despojamos da sua riqueza, exaurimos seus recursos, secamos suas manufacturas e sua agricultura que os envolvemos em guerras alheias que lhe separamos o Brasil ...

Senhores: traçamos a Constituição do Reino à nossa vontade e ainda queremos mais!" (62).

Este o desabafo final de um Tory que após passar em análise as relações económicas com Portugal pretende deixar um aviso e uma clara recomendação contra certos excessos e também, pelo certo, uma incisiva mensagem de ordem política.

1) - Citem-se:

- *Carta Segunda dirigida ao Conde Grey*, Lisboa, 1832. (London 1831)
- Carta dirigida a Sir James Mackintosh acerca da sua moção sobre os negócios de Portugal apresentada à Câmara dos Comuns em 1 de Junho de 1829*, Lisboa. 1829.
- *A expedição de D. Pedro ou a neutralidade em disfarce*. Lisboa, 1832.
- *Resposta de Guilherme Walton ao manifesto ultimamente publicado em Paris sobre os supostos direitos de D. Pedro e sua filha ao trono de Portugal*. Lisboa. 1832.
- *A letter to the most noble The Marquess of Landsdown on the affairs of Portugal and Spain*. London. 1827.
- *Narrative of the political changes and events... in Island of Terceira...* London. 1829.
- *Reply to two pamphlets, entitled "Illustrations of the Portuguese Question by a Portuguese lawyer and The Last days of the Portuguese Constitution" by Lord Porchester "...by an English Civilian*. London. 1830,
- *A second Letter addressed to the Right Hon. Viscount Palmerston on his policy respecting Portugal and the injustice and danger of its continuance*, London. 1833. Há uma *Primeira Carta* (a Palmerston) datada de Maio de 1830 (conforme ele mesmo refere nesta *Segunda Carta*) altura em que Palmerston" nada mais era que membro da Câmara dos Comuns e agora tem exercido o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros" (data de 10 de Fevereiro de 1833).
- *Scraps and stubborn in defence of D. Miguel*, London, s/d,
- *Notes on the pretended rights of The Princess of Grand Pará*, London, 1839.

- 2) - William Walton, *Carta Primeira ao Conde Grey*. Londres, 1832, 190,
- 3) - A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*. Lisboa, 1972. Vol. I .581.
- 4) - W. Walton, ob. cit. 21.
- 5) - Idem. 152. NB: O que está em itálico é nosso. (actualizámos a grafia,

- 6) - Idem. 147.
- 7) - Idem. 200-201; 203
- 8) - Idem. 153.
- 9) - Idem. 162.
- 10) - Idem. Ibidem.
- 11) - Idem. 6
- 12) - O autor analisa cada um dos artigos do Tratado bem como as circunstâncias históricas em que teve lugar. Porque o tempo não permite aqui essa referência em pormenor remetemos para a Antologia final. O mesmo acontecerá em relação aos restantes Tratados aqui especificamente referidos.
- 13) - W. Walton, ob,cit. 32-33.
- 14) - Idem, 33.
- 15) - Idem, 35.
- 16) - Idem, Ibidem.
- 17) - Idem, 41-42.
- 18) - Idem. 42, Aqui referido com a data de 1662.
- 19) - Idem, 45.
- 20) - Idem, 162-163.
- 21) - Idem, 86.
- 22) - Idem, 87.
- 23) - Idem, 88-89.
- 24) - Idem, 45.
- 25) Idem, 86.

- 26) - Um aparelho "industrial" que produzia para as necessidades nacionais em quantidade apreciável.
- 27) - Idem. 88-89.
- 28) - Idem. 89.
- 29) - Idem. 90.
- 30) - Idem. 91.
- 31) - Idem. Ibidem.
- 32) - Idem. Ibidem.
- 33) - Idem. Ibidem.
- 34) - Idem. 94.
- 35) - Idem. 95. Aurélio de Oliveira. *Mappa historico e politico ao Reyno de Portugal de D. José Maria de Lucena*, 1795. Porto, 1974.
- 36) - Idem. 96.
- 37) - Idem. 45.
- 38) - Idem. 88.
- 39) - Idem. 61.
- 40) - Idem. Ibidem.
- 41) - Idem. 69.
- 42) - Idem. 72.
- 43) - Idem. 103.
- 44) - Idem. 105.
- 45) - Idem. 109-110.
- 46) - Idem. Ibidem.
- 47) - Idem. 112.

- 48) - Idem. 168. E é facto que desde então muitas mercadorias passaram a entrar como inglesas, quando o não eram... arruinando as finanças régias...
- 49) - Idem. 112.
- 50) - Idem. 117-118.
- 51) - Idem. 125.
- 52) - Idem. 140.
- 53) - Idem. 141.
- 54) - Idem. 144-145.
- 55) - Idem. 152.
- 56) - Idem. 179.
- 57) - Idem. 180.
- 58) - Idem. Ibidem.
- 59) - Idem. 181.
- 60) - Idem. 184.
- 61) - Idem. 185-186.
- 62) - Idem. 190-197.

Do Prof. Livermore, que esteve presente ao Colóquio e nele participou animando a discussão da nossa intervenção, recebemos posteriormente uma Carta a qual - sob sua anuência e após seu conhecimento deste texto - vamos transcrever na íntegra. Em primeiro lugar por a considerarmos uma achega crítica (na linha aliás de intervenção que ali produziu e à qual tivemos ensejo de apresentar a nossa contra-dita quanto à importância deste escrito em causa de W.W. (que não de outros de claro objectivo político e mais polémico)). Novamente sublinhamos, porém, que nada de razoável nos assiste para negarmos o seu expresso testemunho de ter verificado e indagado das fontes estatísticas então disponíveis os dados numéricos que apresenta e o conhecimento pessoal que diz possuir de Portugal. (Entre outros: "Os três seguintes mapas, que formalizei a

vista de documentos officiais obtidos em Lisboa..." (Carta I.p.81); os dados referentes a 1813 não os incluí nos seus mapas por não os ter podido encontrar (p.100) e : "Hei tido alguma experiencia destas matérias (comércio) e a oportunidade de a confirmar por amplas observações me foi proficua"; ainda: "segui seus vestígios em quanto achei soccorro nos annaes da história, e nos documentos (p.147). Da Carta Segunda, "basta que eu consulte um mappa que tenho ante os olhos, onde vejo que da exportação total dos Vinhos do Porto, por oito annos (de 1795 a 1802 ambos inclusivè) exportou a Companhia só uma decima parte sendo o resto quasi excluzivamente por conta dos nossos Compatriotas" (Carta Segunda, p.73) "O seguinte extracto colligido de Documentos Officiaes..." (p.230). Em segundo lugar pelo contributo que o Prof. Livermore nos traz acerca de alguns passos da vida de W. Walton e sobretudo por, mais uma vez nela se expressar o ponto de vista pessoal de Livermore que de modo algum desejamos omitir. Por último por acharmos nisso uma forma de agradecimento pelo interesse (ainda que polémico) que a nossa Comunicação lhe despertou.

.../...

"Tenho umas notas sobre William Walton, que pode usar ou não, como quiser. São apontamentos meus, e como o Museu Britânico está cerrado esta semana não tive ocasião de ver o Catálogo. Não creio que exista estudo sobre W.W. (a não ser nos Estados Unidos). Como saberá, nasceu em Liverpool, filho do Cônsul de Espanha naquela cidade, e foi mandado à Península Ibérica, bastante novo, para aprender as línguas e com destino ao comércio. Ele próprio diz que acompanhou a expedição inglesa para tomar Hispaniola aos franceses, como secretário. Feito prisioneiro, foi depois solto e ficou alguns anos na ilha. Parece que a sua primeira obra impressa é o "Present State of the Spanish Colonies, including Hispaniola", 1810? É autor de pelo menos vinte trabalhos, alguns deles anônimos, o que torna difícil dar uma bibliografia completa. Até 1829 todos os seus livros ou panfletos se referem à América espanhola, mas em 1816 escrevia uma introdução para a versão inglesa da novela Marcos de Obogán de Vicente Espinel. No mesmo ano fez uma traslação do livro "La Inquisicion sin mascara" de Antonio Puiglanda, The Inquisition Unumbed, 2v. Não parece ter escrito nada sobre Portugal até 1832, quando aparece uma resenha dos assuntos de Espanha e Portugal, no "Spain and the Bom-

bay Armies" (p. 82). As suas obras sobre Portugal parecem ser só de 1829 e de 1830, quando publica "The true interests of the European Powers of the Empire of Brazil in reference to Portugal, 1829; Letter to Viscount Goderich respecting the relations of England and Portugal, in 1830; A Letter addressed to Sir James Mackintosh, e possivelmente outros anônimos. São em geral "Cartas" bastante extensas dirigidas a políticos, capazes de influir na política inglesa sobre D. Miguel. Há vários anônimos que podem ser dele, mas parece que não escreveu nada sobre Portugal depois de 1832, passando a questões relativas à sucessão espanhola. O argumento dos panfletos é bem conduzido, mas não creio que fosse um especialista em assuntos portugueses. A justificação do reino de D. Miguel a base da constituição Tradicional não deve vir dos seus próprios estudos; e creio (provisoriamente) que corresponde aos argumentos do Visconde de Santarém que deve ter chegado a W.W. por um caminho ainda desconhecido (para mim). Acho pouco provável que um inglês conhecesse a história constitucional portuguesa de forma a apresentar tais argumentos, embora a comparação que faz com a prática inglesa pode muito bem ser de W.W. Tudo isso indica que W.W. escrevia para a difusão do miguelismo segundo textos fornecidos por outros de aí as minhas reservas. A fase portuguesa da carreira de W.W. parece breve demais para os conhecimentos que exhibe.

Desculpe estas poucas notas; o tema merece uma investigação completa'.

.../...

(Livermore).

A *Carta Segunda* toma aspectos notoriamente apaixonados. Todavia, parte da análise de casos infelizmente bem concretos. Os seus juízos de valor são de uma particular violência ainda que não, na verdade, despropositada.

Esta *Carta Segunda* versa três assuntos fundamentais: o *Ultimatum* apresentado pela Inglaterra em 1830 a propósito do aprisionamento de quatro navios mercantes nas águas dos Açores. (Recorde-se o clima de guerra civil e a preparação da Expedição militar na Terceira contra o governo de Lisboa), Londres secundava idêntica atitude do governo de Paris contra o governo de Lisboa). Na mesma nota de protesto e desagravo apresentada em termos ofensivos e exorbitantes incluíram-se outras exigências menores, para as quais se exigiam iguais pesados e ofensivos desagravos, alguns dos quais pondo em cheque a Soberania Nacional portuguesa que não apenas o governo de Lisboa.

Sobre esta questão se pronuncia do modo mais grave e violento W. Walton rematando: "Cromwel não pediria tanto a Portugal por via do Conselho de Estado do Parlamento em 1652 ou do seu Almirante diante do Tejo em 1650" (p.61).

Retoma novamente aspectos do Tratado de 1810 bem como alguns outros, também já mais longamente evocados na *Carta Primeira* relativos à Companhia das Vinhas do Alto Douro, e da candente questão da igualação dos direitos nos Vinhos.

Tema que desenvolve, de modo particular nesta Carta é o que respeita ao envolvimento - nada desinteressado de Londres, na questão da Independência do Brasil. Sobre essa atitude, Walton não poupa a Inglaterra - ou melhor o Governo de Londres a violentíssimas críticas e reparos. Em síntese: "O papel que representamos nesta farça política pouca honra faz a Grã-Bretanha. Quando se pretendem obter vantagens comerciais ou ostentar predominio e influencia politica emprega-se a força ou a boa fé; mas recorrer ao ardil, ao estratagema e ao engano a fim de extorquir concessões injustas abuzando da confiança d'um alliado é enormemente atroz e lança sobre a reputação nacional uma nodoa que jamais se-rá possível apagar" (p.157).

Por último (e que, na verdade, se pode erigir como um dos seus objectivos fundamentais), tece considerações igualmente severas sobre o auxílio prestado claramente por Londres aos Liberais, revelando alguns efígidios desse mesmo comprometimento.

Postas de lado semelhantes questões, na nossa óptica e objectivos de hoje (ainda que partindo de factos realmente verificados, passe embora alguns deles poderem ser minimizados por representarem uma forma de pressão sobre o governo de Lisboa - mas cujos efeitos e significados, não possam, em boa verdade ser àquele confinados, porque a partir daí vieram a consagrar situação de facto) passemos à parte final da Carta. Aqui volta W. W. aos dados e aspectos económicos tratados na *Carta Primeira*, alargando alguns e esclarecendo outros. Juntam-se outros dados de particular interesse e que por serem muito pouco conhecidos se aproveitam e transcrevem na íntegra, incluindo-os na selecção de texto que fizemos sobre a *Carta Primeira*. Para esse(s) extracto(s) particularmente remetemos o leitor.

